

RECURSO ESPECIAL Nº 1.840.876 - RJ (2019/0292724-7)

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
RECORRENTE : **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**
ADVOGADOS : **JAYME SOARES DA ROCHA FILHO E OUTRO(S) - RJ081852**
LEONARDO BRUNO BRIZZANTE CUPELLO - RJ100439
LUIS FELIPE SILVA SOMBRA - RJ156825
RECORRIDO : **MARIA JOSE DE BARROS**
ADVOGADO : **BERNARDO ALVES DEMETRIO FERREIRA E OUTRO(S) - RJ174854**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro assim ementado:

Apelação Cível. Relação de Consumo. Ação Declaratória c/c Revisional c/c Repetição de Indébito c/c Obrigação de Fazer e Não Fazer c/c Indenizatória. Concessionária de serviço público. Cobrança de tarifa de esgoto. Alegação autoral de ausência de prestação do serviço em localidade da Zona Oeste do RJ (Campo Grande). Pretensão de reconhecimento da ilegitimidade da cobrança. Sentença de parcial procedência. Manutenção. Ilegitimidade passiva rechaçada. Aplicação da Teoria da Asserção e da Aparência. Termo de Reconhecimento Recíproco de Direitos e Obrigações firmado entre a CEDAE e o Município do Rio de Janeiro que não é oponível ao consumidor. Vedada a denúncia da lide do Município do Rio de Janeiro, em razão do art.88 do CDC. Incidência da Súmula n.92 do E.TJRJ (Inadmissível, em qualquer hipótese, a denúncia da lide nas ações que versem relação de consumo). O posicionamento do STJ, proferido no julgamento do REsp nº 1.339.313/RJ, sob o rito do art. 543- C do CPC, embora respeitável, não possui efeito vinculante, sobretudo porque proferido sob ótica tributarista, aliado ao fato de não ter, ainda, transitado em julgado. Ainda que alguns julgados entendam pela cobrança, o douto posicionamento do E.STJ não determinou o DEVER 2/ 26 AC nº 0317018-02.2013.8.19.0001 (A) 2016 DESEMBARGADORA REGINA LUCIA PASSOS de pagamento, mas só elucidou sobre a possibilidade de cobrança na atividade composta por etapas. Tampouco o aludido sodalício permitiu a fixação da cobrança do serviço em percentual que, em tese, seria compatível o serviço parcial. Para tanto, deveria o legislador estadual permitir tal cobrança, como fazem os legisladores municipais para suas concessionárias. Ademais, o caso concreto não se amolda, exatamente, ao paradigma do REsp em questão. O Decreto nº 7.217/2010, que regulamentou a Lei 11.445/2007, padece de vício de legalidade, ao extrapolar a mens legis da lei federal. A Lei Federal, ao traçar as diretrizes do saneamento básico, trouxe como Princípio fundamental a integralidade das atividades. Necessária, ainda, a interpretação em consonância com os ditames do art. 225 da CFRB (preservação e proteção do meio ambiente). A ausência de prestação de todas as etapas revela ofensa, também, à Dignidade Humana, haja vista que o Direito à Vida condiciona-se ao meio ambiente equilibrado. Fato notório que inexistia estação de tratamento no bairro de Campo Grande, nesta cidade, nem há previsão de sua realização. Tarifa de esgoto que tem natureza de preço público, não podendo ser

cobrada integralmente, sem a devida contraprestação. Cláusula que prevê cobrança abusiva, que é nula de pleno Direito, em consonância à previsão contida no art. 51, IV, do CDC. Aplicação do ordenamento jurídico pelo Magistrado que deve observar a Razoabilidade e a Dignidade da Pessoa Humana, na forma do art.8º do NCPC. Entendimento de que a repetição do indébito deve ser forma dobrada, conforme parágrafo único do art. 42 do CDC. Porém, ante a ausência de apelo autoral, impossível reforma neste por menor. In cidência de juros de mora e de correção monetária, na forma da Súmula nº331 do E.TJRJ. Prazo prescricional decenal. Inteligência da Súmula nº412 do E.STJ. Não devolução pelo apelo da ré da matéria relativa à 3/ 26 AC nº 0317018-02.2013.8.19.0001 (A) 2016 DESEMBARGADORA REGINA LUCIA PASSOS configuração de danos morais pelo reiterado corte do serviço. Retificação, de ofício, da R. Sentença. Termo a quo dos juros de mora sobre a verba indenizatória. Relação contratual. Aplicação do art.405 do CC/02. Jurisprudência e precedentes citados: 0123388-78.2013.8.19.0001 - APELACAO DES. SERGIO SEABRA VARELLA - Julgamento: 13/05/2015 - VIGESIMA QUARTA CAMARA CIVEL CONSUMIDOR ; 0021328-25.2016.8.19.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO DES. SANDRA CARDINALI - Julgamento: 19/05/2016 - VIGESIMA SEXTA CAMARA CIVEL CONSUMIDOR; 0451765-20.2012.8.19.0001 - APELAÇÃO DES. SERGIO SEABRA VARELLA - Julgamento: 13/04/2016 - VIGÉSIMAQUARTA CÂMARA CÍVEL CONSUMIDOR; 0172437-30.2009.8.19.0001 - APELAÇÃO DES. REGINA LUCIA; 0370475- 85.2009.8.19.000 1 - APELAÇÃO JDS. DES. FERNANDA FERNANDES ARRABIDA - Julgamento: 06/07/2016 - VIGÉSIMASÉTIMA CÂMARA CIVELCONSUMIDOR; 0451765-20.2012.8.19.0001 APELAÇÃO DES. SERGIO SEABRA VARELLA - Julgamento: 13/04/2016 - VIGÉSIMAQUARTA CÂMARA CIVEL CONSUMIDOR; 0029323-64.2013.8.19.0204 - APELAÇÃO JDS. DES. LUCIA GLIOCHE - Julgamento: 03/12/2014 - VIGÉSIMA QUARTA CÂMARA CÍVEL CONSUMIDOR; 0082114- 18.2005.8.19.0001 - APELAÇÃO JDS. DES. SERGIO WAJZENBERG - Julgamento: 21/01/2016 - VIGÉSIMA QUARTA CÂMARA CIVEL CONSUMIDOR; 0200787- 28.2009.8.19.0001 - APELAÇÃO DES. SERGIO SEABRA VARELLA - Julgamento: 30/03/2016 - VIGÉSIMA QUARTA CÂMARA CÍVEL CONSUMIDOR; 0270752- 64.2007.8.19.0001 - APELAÇÃO JDS. DES. LUCIA GLIOCHE - Julgamento: 13/01/2016 - VIGÉSIMA QUARTA CÂMARA CIVEL CONSUMIDOR; 0069658-89.2012.8.19.0001 APELAÇÃO CÍVEL DES. REGINA LUCIA PASSOS - Julgamento: 24/08/2016 - VIGÉSIMA QUARTA CÂMARA CÍVEL CONSUMIDOR.

DESPROVIMENTO DO RECURSO.

A recorrente alega violação do disposto nos arts. 489, VI, 927, III, e 1022, II, do CPC/2015, no art. 3º da Lei 11.445/2007, no art. 9º do Decreto 7.217/10 e no art. 206, parágrafo 3º, IV, do CC. Aduz a nulidade do acórdão por negativa de tutela jurisdicional e ausência de fundamentação, sua ilegitimidade passiva e a prescrição trienal. No mérito, sustenta, em síntese, a litude da cobrança integral da tarifa de esgoto quando há a prestação parcial do serviço, nos termos definidos por esta Corte em sede de julgamento de recurso repetitivo – REsp 1.339.313/RJ (Tema 565 do STJ).

Contrarrazões (e-STJ fls. 939/943).

Juízo positivo de admissibilidade às e-STJ fls. 1.074/1.077, ante a ausência de retratação do Tribunal de origem quanto à aplicabilidade do REsp 1.339.313/RJ.

Redistribuição do feito para a Primeira Seção (e-STJ fl. 1.093).

Passo a decidir.

Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo 3).

Estabelecida essa premissa, anoto que inexiste ofensa aos arts. 489, § 1º, e 1.022 do CPC/2015 quando o Tribunal de origem se manifesta de modo fundamentado acerca das questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, porquanto julgamento desfavorável ao interesse da parte não se confunde com negativa ou ausência de prestação jurisdicional (AgInt no AREsp 1.263.985/AM, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Primeira Turma, julgado em 29/04/2019, DJe 10/05/2019, e AgInt no AREsp 1.436.185/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, Segunda Turma, julgado em 23/05/2019, DJe 29/05/2019).

De outro lado, o Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.117.903/RS, submetido ao regime dos recursos representativos da controvérsia, concluiu que o prazo prescricional para a cobrança de tarifa de água e esgoto é regido pelo art. 205 do Código Civil; não há, assim, que se falar em prazo prescricional trienal.

Já a alegação de ilegitimidade passiva da recorrente veio desacompanhada do dispositivo de lei federal reputado violado (Súmula 284 do STF).

Ultrapassados esses pontos, observo que o Tribunal de origem, ao afastar o pagamento da tarifa de esgoto sanitário "quando não há a prestação de todas as etapas do serviço" (e-STJ fl. 847) destoou do entendimento já firmado nesta Corte Superior.

Com efeito, a partir do julgamento do REsp 1.339.313/RJ (Tema 565), firmou-se a tese de que a legislação que rege a matéria dá suporte para a cobrança da tarifa de esgoto, mesmo ausente o tratamento final dos dejetos, principalmente porque não estabelece que o serviço público de esgotamento sanitário somente existirá quando todas as etapas forem efetivadas, tampouco proíbe a cobrança da tarifa pela prestação de uma só ou de algumas dessas atividades.

Confira-se a ementa do julgado:

ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. SERVIÇO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DOS DEJETOS. INEXISTÊNCIA DE REDE DE TRATAMENTO. TARIFA. LEGITIMIDADE DA COBRANÇA.

1. Não há violação do artigo 535 do CPC quando a Corte de origem emprega fundamentação adequada e suficiente para dirimir a controvérsia.

2. À luz do disposto no art. 3º da Lei 11.445/2007 e no art. 9º do Decreto regulamentador 7.217/2010, justifica-se a cobrança da tarifa de esgoto quando a concessionária realiza a coleta, transporte e escoamento dos dejetos, ainda

que não promova o respectivo tratamento sanitário antes do deságue.

3. Tal cobrança não é afastada pelo fato de serem utilizadas as galerias de águas pluviais para a prestação do serviço, uma vez que a concessionária não só realiza a manutenção e desobstrução das ligações de esgoto que são conectadas no sistema público de esgotamento, como também trata o lodo nele gerado.

4. O tratamento final de efluentes é uma etapa posterior e complementar, de natureza sócio-ambiental, travada entre a concessionária e o Poder Público.

5. A legislação que rege a matéria dá suporte para a cobrança da tarifa de esgoto mesmo ausente o tratamento final dos dejetos, principalmente porque não estabelece que o serviço público de esgotamento sanitário somente existirá quando todas as etapas forem efetivadas, tampouco proíbe a cobrança da tarifa pela prestação de uma só ou de algumas dessas atividades. Precedentes: REsp 1.330.195/RJ, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, DJe 04.02.2013; REsp 1.313.680/RJ, Rel. Min. Francisco Falcão, Primeira Turma, DJe 29.06.2012; e REsp 431121/SP, Rel. Min. José Delgado, Primeira Turma, DJ 07/10/2002.

6. Diante do reconhecimento da legalidade da cobrança, não há o que se falar em devolução de valores pagos indevidamente, restando, portanto, prejudicada a questão atinente ao prazo prescricional aplicável as ações de repetição de indébito de tarifas de água e esgoto.

7. Recurso especial provido, para reconhecer a legalidade da cobrança da tarifa de esgotamento sanitário. Processo submetido ao regime do artigo 543-C do CPC e da Resolução 8/STJ. (REsp 1.339.313/RJ, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/06/2013, DJe 21/10/2013).

Ante o exposto, com base no art. 255, § 4º, I e III, do RISTJ, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, DOU-LHE PARCIAL PROVIMENTO para julgar improcedente o pedido.

Fixo a verba honorária em 10% (dez por cento) sobre o valor atribuído à causa (R\$ 25.000,00 - e-STJ fl. 8), devidamente atualizado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator